

## CONTRADITÓRIO CONSENSO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*IstoÉ-Senhor*, 21.12.1988

Uma curiosa contradição vem caracterizando o debate sobre a crise econômica atual e a própria crise. Enquanto esta se aprofunda, enquanto a inflação tende claramente a transformar-se em hiperinflação e a produção por habitante permanece estagnada, os economistas, que sempre discordaram tanto sobre as políticas a adotar, estabelecem entre si um quase consenso.

Este consenso é crescente. Está presente nos debates travados entre os economistas, reflete-se nas revistas e jornais. Ainda recentemente, ao terminar o primeiro dia de debates do Fórum Nacional: Idéias para a Modernização do Brasil, que João Paulo dos Reis Velloso organizou com competência, André Lara Resende observou como havia sido extraordinário o consenso entre os economistas presentes.

Os pontos centrais desse consenso são muito simples e podem ser assim definidos: (1) o Brasil enfrenta uma crise econômica de gravidade sem precedentes, definida por altíssimas taxas de inflação e estagnação econômica; (2) as duas causas básicas dessa crise são a falência financeira do setor público, cuja principal manifestação é o déficit público, e uma dívida externa excessivamente alta para ser paga; (3) o déficit público é especialmente grave porque não pode ser financiado a não ser inflacionariamente: a colocação de títulos do governo representa um falso financiamento, já que que esses títulos, com liquidez overnight, pouco se distinguem da moeda; (4) a dívida externa tem efeitos internos graves na medida não apenas que reduz a capacidade de investimento, mas também porque agrava a crise fiscal (a dívida externa é quase inteiramente pública) e acelera a inflação; (5) a inflação continua a possuir um poderoso componente inercial dada a quase total indexação da economia; (6) a solução para a crise está em reduzir a dívida externa, zerar o déficit público, e desindexar a economia.

Este consenso só não se completava entre os economistas porque o Ministro da Fazenda, até há pouco, limitava sua concordância ao problema do déficit público. Nas últimas semanas, entretanto, uma importante modificação vem ocorrendo na visão de Maílson. Aos poucos ele vai abandonando a política do "feijão com arroz", ao mesmo

tempo que declara, com toda clareza, que a ameaça de hiperinflação é real, que a dívida externa precisa ser reduzida e que a economia precisa ser desindexada. Se Maílson pensasse assim quando assumiu o ministério provavelmente não teria feito o acordo que fez com os bancos credores. Quanto à desindexação, é bom lembrar que ela só é viável se acompanhada da eliminação brusca da inflação, ou seja, se for acompanhada de um congelamento de preços acordado pela sociedade. Maílson deve, portanto, estar à espera desse acordo. Enquanto isso o governo está imobilizado.

E é exatamente nesse ponto que reside a contradição. Há um enorme consenso sobre o que deve ser feito, mas pouco ou nada se faz na direção necessária. Em relação ao déficit são tomadas algumas medidas positivas, mas logo em seguida surgem medidas negativas que anulam as primeiras. Em relação à dívida externa ficamos apenas no discurso. O pacto social contenta-se em estabelecer metas elevadas para a inflação - metas que afinal não se cumprem - e acredita que assim se está evitando a hiperinflação.

Por que não se faz mais, apesar do consenso? Porque os interesses em jogo são muito grandes - interesses espalhados por todos os setores da sociedade. E porque não há nem legitimidade nem coragem para contrariá-los. Tanto para a legitimidade quanto para a coragem precisaremos provavelmente esperar pelas eleições presidenciais. E torcer para que até lá Maílson e João Batista Abreu continuem "segurando as pontas", porque não é muito mais do que isto o que eles podem fazer.